

O impasse do Real

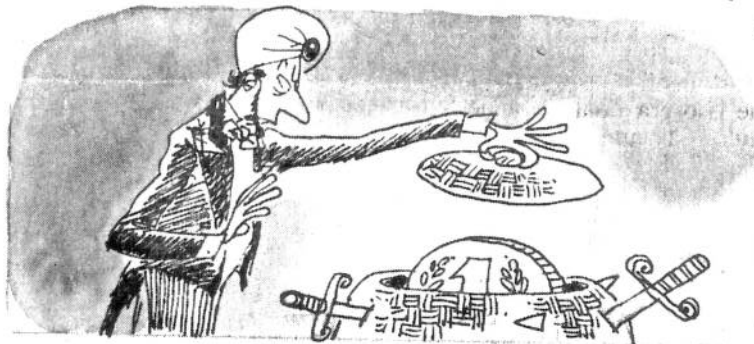
IVES GANDRA DA SILVA MARTINS

Desde que o ministro Ciro Gomes assumiu o Ministério da Fazenda e reduziu de 35% para 20% o Imposto de Importação de 13 mil produtos, tenho manifestado, publicamente, minhas preocupações sobre os destinos do Plano Real, até mesmo pelas colunas do **Jornal da Tarde**.

É que, na verdade, o antigo ministro e atual estudante derrubou a inflação pela criação de câmbio artificial, gerando supervalorização do real e desvalorização do dólar, por meio de juros elevados capazes de permitir o ingresso de *hot money* de investidores internacionais, para compensar a perda de competitividade internacional, imposta por força do encarecimento irreal dos produtos exportados.

Ora, a anestesia causada pelo artificialismo cambial, à evidência, teria de provocar inflação mínima, na medida em que a invasão de produtos estrangeiros por preços abaixo do mercado Exterior compensava os preços dos produtos nacionais mais caros e submetidos à insensata política de juros e tributos elevadíssimos, mesmo aqueles com insumos estrangeiros.

Qualquer produto importado passou a ter três benefícios claros: 1) deflação em dólar contra inflação em real imposta aos produtos nacionais; 2) carga tributária zero contra carga tributária absurda e, em grande parte cumulativa, incidente sobre produtos brasileiros; e 3) redução de alíquota do Imposto de Importação de 15%, se comparado a do tri-



O DÉFICIT PÚBLICO SÓ NÃO É MAIOR PORQUE O GOVERNO É TAMBÉM O MAIOR CALOTEIRO DO PAÍS

buto incidente sobre as importações estrangeiras em 1º/7/1994, quando da entrada em vigor da nova moeda.

O atraso na correção cambial, a fantástica elevação da carga tributária em dezembro — que permitiu ao governo federal bater recordes sucessivos de aumento de arrecadação — e os juros exorbitantes teriam de levar a um impasse, em que a criação de bandas para o dólar mostrou-se e mostrar-se-á insuficiente para corrigir as profundas distorções geradas na economia.

Hoje, o governo não pode tornar o "câmbio real", pois geraria inflação; não pode melhorar a competitividade internacional, pois nossos produtos estão excessivamente "caros" por força da defasagem dos preços cotados em dólar; não pode baixar os juros, porque os investidores de ocasião retirariam seus recursos do País, sendo obrigado a manter política artificial e sem hori-

zontes ao preço de violenta recessão e de perigoso descompasso industrial e agropecuário, que atrasará de muito o desenvolvimento futuro do País. E sabe, quem conhece Direito constitucional, que nem sequer poder-se-á contar, nos próximos anos, com os efeitos positivos da reforma da Constituição na área econômica, visto que a produção da legislação infra-suprema e as reações do mercado às novas regras exigem um apreciável prazo de maturação.

Acresce-se o fato de não ter, o governo, conseguido reduzir o tamanho da Federação, nem diminuído o déficit público, apesar da inacreditável carga tributária, com o que a baixa inflação e alta recessão, com os efeitos naturais das inadimplências, concordatas, quebras, desemprego, nem sequer servem para corrigir a economia no futuro, visto que os preços reprimidos um dia retornarão ao seu patamar

Art 1103 55
 real para se eliminar as distorções criadas pelo artificialismo da taxa cambial.

O déficit público só não é maior — pois a recessão, nada obstante o aumento de tributos, gera queda da arrecadação — porque o governo é também o maior caloteiro do País, exigindo o cumprimento das obrigações tributárias e descumprindo as próprias obrigações, ao ponto de grande parte das questões judiciais, que entulham o Poder Judiciário, decorrer de ações em que o governo já teve a tese jurídica derrotada no Supremo Tribunal Federal e mantém o debate processual para não ter de suportar o ônus financeiro de suas irregularidades.

Neste quadro, não vejo como ser equacionado o problema da inflação com artificialismos e com uma âncora cambial defasadíssima. Ou o governo promove seu reajuste, compensando o impacto inflacionário com redução da carga tributária e aumento da produção, capaz de elevar a arrecadação, assim como acelerando as privatizações para diminuir o custo da administração indireta, ou a âncora cambial, como na Argentina e no México, terá sido uma mera anestesia e não o antibiótico necessário para derrotar a inflação.

O AUTOR

Ives Gandra da Silva Martins é professor emérito da Universidade Mackenzie

